

# O apagamento da memória como um processo estrutural da urbanização de São Paulo no século XX

*Marcos Virgílio da Silva*

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo: Sao Paulo, SP, Brasil.

E-mail: marcos.silva@belasartes.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4697-9926>

**Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, vol. 11, n. 2, p. 145-173, julho-dezembro, 2022 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2022.v11i2.5026>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

## Resumo

Este artigo tem como objetivo comparar os diferentes momentos da história da urbanização em São Paulo e indicar como o processo de destruição de certos espaços significativos para a memória de alguns grupos sociais pode ser visto como mais do que uma sucessão de eventos fortuitos. Em vez disso, é tão extraordinariamente regular que é possível reconhecer um padrão de transformação do espaço urbano baseado no desrespeito à memória e à identidade urbana popular diante dos ditames do “progresso”. Um dos traços desse desrespeito é a maneira pela qual a porção mais pobre e muitas vezes negra da população é frequentemente a principal vítima da principal vítima da descaracterização de seus lugares de memória. Esta investigação baseia-se na comparação entre a leitura de fontes iconográficas que mostram a transformação de determinados espaços da cidade, comparada com a análise de músicas que narram ou descrevem espaços significativos e suas mudanças.

**Palavras-chave:** Urbanização; São Paulo; memória; identidade.

## Abstract

This paper aims to make a comparison between different moments in the history of urbanization in São Paulo, and to indicate how the process of destruction of certain significant spaces for the memory of some social groups can be seen as more than a succession of fortuitous events. Instead, it is so remarkably regular that it is possible to recognize a pattern of urban space transformation based on the disregard of popular urban memory and identity in the face of the dictates of “progress”. One of the traces of this disregard is the way by which the poorest and often black portion of the population is often the main victim of the the main victim of the decharacterization of their memory places. This investigation is based on the comparison between the reading of iconographic sources that show the transformation of certain spaces of the city, compared with the analysis of songs that narrate or describe significant spaces and their changes.

**Keywords:** urbanization; São Paulo; memory; identity.

## Resumen

Este documento tiene como objetivo hacer una comparación entre diferentes momentos en la historia de la urbanización en São Paulo, e indicar cómo el proceso de destrucción de ciertos espacios significativos para la memoria de algunos grupos sociales puede verse como algo más que una sucesión de eventos fortuitos. En cambio, es tan notablemente regular que es posible reconocer un patrón de transformación del espacio urbano basado en el desprecio de la memoria e identidad urbana popular frente a los dictados del “progreso”. Una de las huellas de este desprecio es la forma en que la porción más pobre y a menudo negra de la población es a menudo la principal víctima de la principal víctima de la caracterización de sus lugares de memoria. Esta investigación se basa en la comparación entre la lectura de fuentes iconográficas que muestran la transformación de ciertos espacios de la ciudad, en comparación con el análisis de canciones que narran o describen espacios significativos y sus cambios.

**Palabras clave:** urbanización; São Paulo; memoria; identidade.

## 1 Introdução

É um lugar comum a respeito da cultura brasileira dizer que o brasileiro “tem memória curta”. Nossas pesquisas em torno da urbanização paulistana no século XX têm permitido contestar completamente essa afirmação. Como seria de se esperar, o problema que se coloca é mais complexo. Certas memórias são notavelmente persistentes, e ao longo do século XX se nota um notável esforço em se instituir instrumentos de proteção e preservação da memória, que se consolidou ao longo de uma longa trajetória da política de *patrimônio histórico* – ou, na denominação mais atual, o *patrimônio cultural*.

Particularmente no que se refere à memória urbana, a incrivelmente veloz transformação paulistana – suas “três cidades em um século” (Toledo, 2004) – tem sua parcela de responsabilidade pela destruição dos *suportes materiais* dessa memória coletiva, para utilizar a formulação de Maurice Halbwachs (1990). Ainda que isto seja verdade, talvez essa explicação não seja suficiente para compreender o porquê de que, a despeito de um notável esforço de proteção de certos lugares como patrimônio da cidade (nos vários níveis da política de patrimônio: federal, estadual e municipal), outros tantos tenham desaparecido antes mesmo de ter sua importância avaliada – que dirá reconhecida. O que temos verificado é que, ainda assim, uma parcela da população, independentemente desse reconhecimento oficial, tem promovido o “registro” informal na forma, por exemplo, de canções - e nelas é tratado tanto o processo de desaparecimento total ou descaracterização desses lugares, como se sublinha a importância deles para a coletividade. O desaparecimento físico resulta, assim, em uma forma de registro em que o *bem cultural* é registrado como uma reminiscência, um vestígio... uma *saudade*.

O que se pretende propor aqui é uma interpretação segundo a qual a urbanização paulistana se apoia fortemente nesse processo de apagamento, o qual está longe de consistir em acontecimentos isolados e fortuitos. Não porque os lugares não tenham de fato importância para a população; não que não existam mecanismos públicos de reconhecimento e proteção desses lugares. Mas porque os interesses dos agentes dominantes da produção do espaço urbano em São Paulo têm sistematicamente interditado os caminhos que permitiriam à população expressar e fazer valer seu interesse na conservação de certas localidades da cidade sobre as quais depositam suas referências culturais e suas lembranças coletivas. Particularmente em relação à população subalterna, tem sido possível deslegitimar e silenciar quaisquer demandas de proteção dos seus *lugares* sob o pretexto de que o *interesse geral* da cidade – tomada abstratamente – se sobrepõe a interesses *particulares*. Isto é válido especialmente em relação aos espaços de importância para a população mais pobre – e, dessa, mais acentuadamente ainda a população negra – mas não só. A ideia de *progresso* foi

insistentemente bradada ao longo da urbanização paulistana no século XX, sendo contemporaneamente substituída pela noção mais branda, ainda que operacionalmente idêntica, de *desenvolvimento*. Tanto uma como outra legitimam a ideia de que certos interesses econômicos (o mercado imobiliário, a indústria automotiva, a economia industrial e, depois, de serviços) são prioritários em comparação com a relação e vínculo que a população estabelece com seus *espaços vividos* (Frémont, 1980). Para os portadores desses interesses, a cidade é valor de troca, não de uso.

A hipótese proposta no parágrafo anterior, claro, demanda um programa de pesquisas para sua plena demonstração que ultrapassa em muito os limites deste trabalho. Pretende-se aqui meramente delinear alguns aspectos do problema que ela levanta, apontar alguns indícios que a sustentam, e esperar que contribuições posteriores contribuam para sua elucidação. Em sua formulação mais radical, seria possível sugerir que *a urbanização paulistana, ao longo do século XX, foi ditada antes pelo interesse de exploração econômica da terra do que pela construção de um suporte material da urbanidade – da possibilidade de convivência e de socialização – e, com isso, todos os atributos qualitativos e não diretamente rentáveis do espaço urbano foram sistematicamente solapados e submetidos à lógica da acumulação de capital*. A memória, expressão do afeto pela cidade, é um desses atributos qualitativos, e sua preservação tem sido possível somente e na medida em que não se contraponha à acumulação.

Para amparar essa argumentação, recorre-se ao material que tem sido o *corpus* documental de nossas pesquisas há mais de dez anos: os registros musicais e seus testemunhos acerca da cidade. Esses registros são cotejados com fontes iconográficas que mostram a transformação de determinados espaços da cidade. Dentro do recorte cronológico aqui proposto, foram escolhidas três áreas significativas e referenciais cujas transformações ilustram importantes tendências da urbanização de São Paulo ao longo do século XX: o córrego Saracura, canalizado e coberto pela avenida Anhangabaú (hoje denominada 9 de Julho); o Largo da Banana, que deu lugar ao viaduto Pacaembu; e a praça da Sé, marco fundamental da cidade – onde, inclusive, se encontra o “marco zero” de todo seu sistema viário. Mas é possível apontar, mesmo que de forma preliminar, alguns espaços que também têm sido objeto de disputa contemporânea em torno de sua preservação, os quais permitem constatar a continuidade do processo que se pretende aqui afirmar como estrutural.

O trabalho se estrutura, para tanto, em três seções principais: parte-se de uma apreciação inicial da trajetória das políticas de proteção desses espaços de memória, tanto as políticas patrimoniais quanto a própria legislação urbanística de São Paulo. Em seguida, examinam-se três casos selecionados para discutir o processo de *apagamento da memória* (Montaner, 2014) em São Paulo. Por fim, a indicação de um caso de apagamento recente demonstra a permanência do processo identificado nos casos históricos.

## 2 Políticas da memória

A política de gestão urbana recente demonstra, mais do que resolve, o problema exposto: nas versões mais recentes do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (2004 e 2016), e particularmente na versão mais atual (desconsiderada aqui a infame revisão promovida em 2023), as áreas de interesse cultural foram definidas como ZEPEC (Zonas Especiais de Preservação Cultural), Territórios de Interesse Cultural e da Paisagem (TICP<sup>1</sup>) ou na proposição de elaboração dos Planos de Ordenamento e Proteção à Paisagem (São Paulo (cidade), 2015).

As ZEPEC correspondem a demarcações de áreas da cidade para preservação, valorização e proteção de espaços que se considere de importância para a memória, identidade e vida cultural da cidade. O PDE define 4 tipos de ZEPEC:

- ◆ Bens Imóveis Representativos (BIR): bens tombados e elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes com valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico e cultural;
- ◆ Áreas de Urbanização Especial (AUE): áreas que, pela singularidade de suas características morfológicas (urbana, arquitetônica e paisagística) ou simbólica, constituem elementos representativos do processo de urbanização de determinada época;
- ◆ Áreas de Proteção Paisagística (APPA): localidades com características ambientais significativas, tais como parques, jardins e praças, monumentos, viadutos, pontes, passarelas, formações naturais, áreas indígenas e outras;
- ◆ Áreas de Proteção Cultural (APC): destinadas à preservação e valorização de imóveis destinados à formação, produção e exibição pública de produtos culturais e artísticos, tais como teatros e cinemas de rua, circos, centros culturais, residências artísticas e similares<sup>2</sup>.

Tanto no caso das ZEPECs quanto dos TICPs, prevê-se a identificação tanto por órgão competente definido pelo Poder Público quanto por indicação da população e de entidades representativas. Neste último caso, a Prefeitura recomenda que as sugestões sejam propostas durante a elaboração participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Bairro. No caso dos TICPs, além disso, deve haver regulamentação por Lei específica, com estabelecimento inclusive de Conselhos Gestores, para que passem a ter validade.

---

1 Trata-se de áreas que concentram atividades, instituições culturais, elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem importantes para a memória e identidade da cidade. Essas áreas formam polos de atratividade social, cultural e turística. O Plano Diretor estabeleceu 2 TICPs na cidade de São Paulo: Jaraguá/Perus e Paulista/Luz, e espera-se estimular nesses locais iniciativas culturais, educativas e ambientais pela concessão de incentivos, sejam urbanísticos (como a transferência de potencial construtivo para bens tombados), sejam fiscais (isenção de impostos e taxas municipais).

2 Definições extraídas do PDE (São Paulo (cidade), 2015).

A relativa novidade do Plano Diretor, e a multiplicidade dos instrumentos propostos, limitam as possibilidades de avaliação do potencial dessa política urbana em alterar a lógica de produção do espaço urbano – na realidade, enquanto não se efetiva, interessa para a presente discussão a mera constatação de que o problema se tornou uma pauta importante no início do século XXI, mas as respostas disponíveis indicam a complexidade que o problema adquiriu. Não se pode deixar de observar que, no balanço de 5 anos do Plano, elaborado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, a maioria dos instrumentos previstos ainda se encontram em estágio incipiente de realização: os debates para implantação dos TICPs ainda são iniciais, e não foi regulamentada a concessão de incentivos para esses territórios, nem mapeados outros locais com potencial para criação de novos TICPs; os Planos Regionais e de Bairros não foram levados a efeito até o presente (IABsp, 2019).

O Plano Diretor procura responder a uma histórica desvinculação entre a política cultural e de patrimônio, e a de ordenamento territorial (Somekh, 2017). De fato, até então o tombamento havia sido sempre o instrumento por excelência de proteção ao patrimônio edificado no Brasil. Em São Paulo atuam os três níveis federativos, criados sequencialmente ao longo do século XX. Sem pretender reconstituir extensivamente o histórico de cada órgão (o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, federal; o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, estadual; e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, municipal), cabe destacar que, desde o princípio, tiveram suas definições e atuação ligadas de alguma maneira à urbanização paulistana.

O IPHAN foi criado em 1936 e regulamentado em 1937 como Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo renomeado em 1970. Foi criado depois que a Constituição de 1934 atribuiu ao Estado a salvaguarda de objetos culturais, possibilitando o desenvolvimento de uma política nacional de preservação. Esta política, parte de uma busca pela construção de uma *identidade nacional* durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foi planejada por Mário de Andrade a partir de sua experiência na capital paulista: no ano anterior, 1935, havia sido criado o Departamento de Cultura em São Paulo (Somekh, 2015). Este órgão municipal se manteve ativo até a criação da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em 1975, quando se cria também o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Nesta época o DPH não tinha meios legais de efetivar a preservação do patrimônio histórico, o que só se modificou quando o Departamento se tornou órgão técnico do CONPRESP, criado em 1985 e efetivado em 1988 (Somekh, 2015); (Ventura, 2009). O CONDEPHAAT, por sua vez, foi instituído pela constituição do Estado de São Paulo e regulamentado em 1969, tendo a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) como órgão técnico e executivo desde 2006.

Nos três níveis, define-se o tombamento como um instrumento de reconhecimento e proteção legal do patrimônio cultural, tendo sido o primeiro mecanismo de proteção do patrimônio cultural brasileiro. O tombamento, nome derivado da inclusão no “Livro do Tombo” (referência aos registros patrimoniais portugueses, que se localizavam no Arquivo Nacional na Torre do Tombo), tem como base o conceito francês de “classificação” de monumentos históricos e artísticos. (Ventura, 2009; IPHAN, 2014). No que se refere especificamente à política municipal, nota-se que o acervo de bens móveis e históricos do Museu da Cidade de São Paulo, constituído por cerca de 700 peças, foi composto já pela comissão encarregada das comemorações do IV Centenário da cidade (1954), segundo a Secretaria Municipal de Cultura (São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura, n. D.)<sup>3</sup>. Já o tombamento de edifícios pelo município ocorre somente após a instituição do CONPRESP, em 1988. Desde então, um total de 2.446 imóveis foi tombado pelo órgão, entre imóveis isolados e conjuntos urbanos/arquitetônicos (São Paulo (cidade), n.d.). Esse número representa cerca de 0,2% dos imóveis cadastrados na base do Imposto Predial e Territorial Urbano da prefeitura em 2019 (idem).

A quantidade anual de tombamentos, no entanto, tem-se mostrado inconstante: enquanto num ano como 2002 o número chega a quase 900 tombamentos, em outros 25 anos esse valor é inferior a 100 (sendo nulo em 1993 e entre 1996 e 2000<sup>4</sup>). O número absoluto é em si insuficiente para averiguar a “qualidade” desses tombamentos: não é possível verificar, por esse número, a relevância dos bens para a população geral; se esses tombamentos são oriundos da demanda de cidadãos ou da avaliação de algum critério técnico de “relevância” (artística, arquitetônica, urbanística, histórica ou outra). Mas a comparação com outro dado permite observar o descolamento entre a política de proteção e a de “desenvolvimento urbano”: num período comparável, com dados disponíveis para as duas informações (1992-2018), é possível observar que os lançamentos imobiliários apresentam um padrão relativamente regular de distribuição, com oscilações pouco significativas se comparadas aos tombamentos; além disso, o número de imóveis protegidos, mesmo considerando seus picos em alguns anos, representa 31% do número total de lançamentos. Essa ordem de grandeza ilustra o argumento de Rolnik (2019), segundo a qual “na cidade a palavra de ordem é derrubar, destruir, substituir”: sendo relativamente limitado o esforço de preservação do patrimônio construído, predomina a lógica da construção *ex-novo* (Tabela 1).

3 Naquele momento, o programa de restauros e a prospecção de mobiliário e objetos históricos servia para subsidiar as exposições organizadas para a efeméride, e buscavam “demonstrar o modo de vida dos bandeirantes, dos indígenas e dos tropeiros na era colonial e imperial” (idem).

4 Observe-se que 1996 corresponde ao ano em que é eleito prefeito Celso Pitta, afilhado político de Paulo Maluf, e seu mandato se estende exatamente até o ano 2000, quando se elege Marta Suplicy (PT).

**Tabela 1:** Comparativo entre tombamentos e lançamentos imobiliários em São Paulo (1992-2018)

Ano	Tombamentos (A)	Lançamentos imobiliários (B)	A/ B
1992	277	148	187%
1993	-	300	0%
1994	7	370	2%
1995	2	382	1%
1996	-	342	0%
1997	-	319	0%
1998	-	246	0%
1999	-	237	0%
2000	-	313	0%
2001	1	249	0%
2002	886	270	328%
2003	6	281	2%
2004	5	238	2%
2005	9	266	3%
2006	9	255	4%
2007	158	303	52%
2008	2	280	1%
2009	25	240	10%
2010	1	267	0%
2011	4	304	1%
2012	109	208	52%
2013	31	272	11%
2014	41	258	16%
2015	22	156	14%
2016	8	136	6%
2017	209	188	111%
2018	410	228	180%
Total	2222	7056	31%

**Fonte:** (São Paulo (cidade), n.d.). Série histórica descontinuada a partir de 2018.

No nível estadual (CONDEPHAAT) o número de imóveis tombados é ainda menor, como esperado: são 149 imóveis registrados no Livro do Tombo Histórico. E na esfera federal (IPHAN), constam 45 registros. Esses números não se somam diretamente: todos os tombamentos federais, por exemplo, são também protegidos em nível municipal. Há que se observar que os processos federais e estaduais são mais antigos (o primeiro tombamento pelo IPHAN data de 1943<sup>5</sup>, e do CONDEPHAAT,

5 Trata-se do conjunto arquitetônico composto pelo Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, Igreja Nossa Senhora da Luz, Museu de Arte Sacra e sua Coleção de Arte Religiosa.



1971<sup>6</sup>). De qualquer maneira, mesmo que se considerem os imóveis protegidos pela municipalidade apenas, o número relativamente restrito de bens protegidos e o fato de a grande maioria dos tombamentos ser posterior à década de 1970 indica que a política de patrimônio não foi capaz de impedir o desaparecimento de incontáveis imóveis de valor para a população da cidade.

Não se trata de desqualificar a política de patrimônio cultural em si, ainda que se possa apontar para o fato de ela ter-se dedicado, por muito tempo, à proteção de bens isolados e excepcionais (Ventura, 2009). A questão é que o alcance desta política não tem sido suficiente para garantir manutenção de espaços de valor cultural de uma parcela significativa da população, exceto quando o poder público reconhece alguma outra qualidade intrínseca (histórica, arquitetônica ou artística) por meio de uma avaliação técnica. Como instrumento de disciplinamento das transformações urbanas, o tombamento é relativamente mais efetivo quando aplicado a conjuntos do que a bens isolados; e, em ambos os casos, quando estabelece as áreas envoltórias como perímetros sujeitos a restrições de construção para o entorno desses bens, especialmente em relação ao gabarito. Trata-se de um esforço de garantir a “ambiência” dos imóveis protegidos que, não por acaso, é objeto de seguidas contestações e tentativas de burla quase sistemáticas.

A discussão sobre o patrimônio imaterial emerge no contexto de uma ampliação da noção de patrimônio cultural, que passa a abranger uma noção mais “antropológica” do que meramente artística, possibilitando reconhecer também *lugares e paisagens* enquanto referência, tendo como base o valor atribuído por uma sociedade de modo mais amplo (Menezes, 1996). Em São Paulo, essa reorientação possibilitou o tombamento de bairros inteiros, como o Centro Histórico e o Bixiga, mas o alcance da política, no que interessa aos objetivos deste estudo, é no geral bastante limitado – e, não foi (e não é) capaz de condicionar a construção da cidade e a destruição de referências urbanas populares.

## 2.1 A cidade “popular”

O reconhecimento tardio do valor referencial de certos espaços urbanos para a população mais ampla, e mesmo o reconhecimento dos lugares de memória de certos segmentos dessa população – como, por exemplo, a população negra – pode apenas em parte ser atribuída ao amadurecimento próprio desse campo disciplinar. É verdade que a discussão sobre o caráter e a abrangência do patrimônio passaram por numerosas revisões e ampliações: o conceito de *patrimônio imaterial* ou *intangível*, por exemplo, não é senão da década final do século XX; a ideia de *paisagem cultural* ou a de se proteger conjuntos urbanos – e não elementos isolados e únicos – também é uma das passagens decisivas do debate patrimonial internacional (Somekh, 2015). Mas há um

6 Igreja de São Gonçalo, Caminho Histórico Glória-Lavapés (Área de Interesse Arqueológico) - RES. SC s/n/71.

elemento complicador na história brasileira, uma peculiaridade que, em certa medida, limita ainda mais a ampliação desse direito à memória. Em poucas palavras, trata-se da dificuldade de se reconhecer os subalternos como *sujeitos de direitos* no Brasil.

Já se argumentou (Silva, 2011) que a ideia de *participação* nos processos de planejamento urbano tem sido, com frequência, entendida como dependente de uma ação anterior, de instrumentalização, “capacitação” e/ou “conscientização”. O mesmo parece ter sido o caso em relação às políticas da memória, sobretudo a memória urbana: tanto o discurso científico acerca do processo histórico de urbanização quanto a avaliação do “valor” dos lugares da cidade parece ter sido feita frequentemente de maneira a prescindir da consideração da população (particularmente das classes subalternas). A memória coletiva parece ter sido uma construção “a partir do alto” durante grande parte do século XX.

Essa construção se deu em meio a um intenso debate acerca das possibilidades de o Brasil alcançar uma posição junto aos países “desenvolvidos”, ou “modernos”: diversas proposições serão apresentadas para explicar (quando não para tentar direcionar) os rumos das transformações ao mesmo tempo em que elas se davam. Curiosamente, a atenção dedicada a esses novos atores sociais parece ser devida em parte à expressão política que esses subalternos adquirem, como resultado de sua própria organização e articulação, ao longo de todo o século. Ainda assim, em grande parte dos discursos acadêmico- intelectuais das teorias da *modernização* e da *dependência*, acaba-se por negar a esses atores um papel relevante nas transformações sociais do período, ou mesmo reconhecer uma capacidade de atuação própria. Como resultado, as classes populares são frequentemente retratadas em termos de suas “carências”, “deficiências” ou “incompletudes” (Silva, 2011).

Marilena Chauí (2000) sintetiza a ideia de uma *sociedade autoritária*, como caracteriza o Brasil. Um traço importante é o fato de que, ao naturalizar divisões sociais como inferioridade natural, esvaziando a gênese histórica das desigualdades, “permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais” (Chauí, 2000, p. 56); por outro lado, fundada “no mando e na obediência”, a sociedade brasileira se recusaria a operar com os *direitos civis*: “para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão” (idem)<sup>7</sup>.

A transposição, para o âmbito do patrimônio cultural e da memória, desse debate acerca do caráter autoritário da sociedade brasileira pode ser resumida da seguinte forma: recusa-se a agência e o papel ativo da população subalterna em reconhecer seu próprio espaço e seus lugares de vida como dignos de proteção e preservação; por conseguinte, a ação estatal sobre esses lugares é legitimada de antemão pela naturalização das desigualdades descrita acima, de modo que as

7 Para a autora, portanto, conflitos e contradições são codificados com *perigo, crise, desordem*, “e a eles se oferece como resposta única a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores em geral” (Chauí, 2000, p. 57).

modificações do espaço urbano são entendidas quase como a ação sobre um espaço “vazio” – já que incidem sobre um espaço naturalmente *inferior*, toda intervenção resultará necessariamente em uma *melhora*; enfim, recusa-se a essa população o *direito* de reivindicar a preservação de seus lugares, não na forma de uma proibição expressa, que implicaria numa repressão explícita, mas na forma de silêncio: sequer é mencionado que dado lugar é tido como uma referência cultural da população. Este último aspecto é, talvez, o mais desafiador à pesquisa, uma vez que a oposição nunca é declarada, portanto não é encontrada nos documentos: os espaços são descritos de maneiras que raramente se percebe qualquer possibilidade de que haja algo além do que ali é apresentado. A omissão decorreria não de desatenção ou indiferença a essas características qualitativas do espaço a transformar, e sim de limitações *técnicas*. Essas questões são tratadas com mais detalhe na seção seguinte.

### 3 Três lugares e seus apagamentos

#### 3.1 Um córrego

A implantação da atual avenida Nove de Julho, uma das mais discutidas intervenções urbanas das primeiras décadas do século, é comumente associada à ascensão do modelo rodoviarista no planejamento da cidade – centrado na abertura de grandes avenidas em fundos de vale (neste caso, o vale do córrego da Saracura) destinadas ao trânsito de veículos automotivos e em benefício dos proprietários de imóveis situados ao longo das avenidas, que ganharam com a valorização da terra. A avenida, parte integrante de um sistema viário estruturante que teve sua formulação consolidada no *Plano de Avenidas*, é tida como uma espécie de “ponto de partida” para a consolidação do modelo de intervenção urbana que marcará a cidade a partir de então.

No entanto, a avenida é não apenas uma via que “liga” ou “atravessa” áreas da cidade, mas uma estrutura urbana que se sobrepõe e soterra uma ocupação anterior. Isto porque esta área representa um dos espaços mais importantes da memória das comunidades negras que ocupavam os arredores da cidade de São Paulo, tendo sido por muito tempo uma espécie de “quilombo” urbano ou suburbano antes de se tornar um “bairro italiano”, nas primeiras décadas do século XX. As transformações posteriores à região fizeram do Bixiga um bairro com poucos vestígios dessa presença negra, exceto, talvez, pela presença de uma das mais tradicionais agremiações carnavalescas da cidade, a Vai-Vai. Pois é justamente a abertura da avenida que, além de soterrar o córrego, deflagra o processo de transformações do bairro que leva praticamente à inexistência atual de qualquer vestígio do antigo reduto negro.

As capoeiras e os capinzais que havia no entorno do Saracura, serviam de esconderijo para negros fugitivos de seus cativeiros. Nos arredores, próximo à

atual ladeira da Memória, havia ainda um local de leilão de escravos, o que também possibilitavam as manifestações dos “Irmãos da Alma”, apoiadores das lutas abolicionistas ligados à irmandade do Rosário. Com a abertura da avenida Paulista, o Bixiga abrigaria, em cortiços, as negras que serviam as casas elegantes da avenida (Rolnik, 1997, p. 76). A região se tornaria, juntamente com a baixada do Glicério e a Barra Funda, um dos principais “redutos espaciais negros” da cidade de São Paulo nas décadas iniciais do século XX<sup>23</sup>. Olga von Simson identificou uma concentração importante dos negros nas imediações das ruas Rocha e Marques Leão (Simson, 2007).

**Figura 1.** Córrego do Saracura (c. 1900). Fotografia de Vincenzo Pastore



**Fonte:** Instituto Moreira Salles.

Sheila Schneck (2010) descreve o loteamento e ocupação das terras do Bixiga, a partir da década de 1880, como resultado da conjugação de interesses que envolviam, entre outros agentes, a Companhia Ferro Carril de São Paulo, e famílias como os Albuquerque, Clark, Marques e Tavares, e nomes conhecidos como Tobias de Aguiar. Até o início da década de 1880, todo o interstício banhado pelo córrego da Saracura permanecia vazio, mas em pouco mais de três décadas, o Bixiga já aparece como um bairro consolidado, com o córrego da Saracura canalizado. Em 1883, foi solicitado à Câmara Municipal que se alterasse o nome do bairro para “Bela Vista” (nome mais “atraente” do que o original), mas a mudança só se realizou em 1910. Interessante é que a maioria dos signatários dessa petição não era de proprietários de imóveis, moradores locais, demonstrando um interesse na área basicamente ligado ao investimento imobiliário. Para garantir o retorno desse investimento, era preciso remover os entraves que ainda tornavam aquele bairro “pouco recomendável”: local de difícil acesso, com baixadas sujeitas a enchentes frequentes, refúgio de escravos fugidos e de “vagabundos e meretrizes”.

Quando é publicado o “Plano de Avenidas” de Prestes Maia, o diretor de Obras e Viação de São Paulo, Arthur Saboya, afirma que a avenida Anhangabaú (nome original da via) era uma “velha aspiração dos paulistanos”, tendo sido prevista já em 1910 por Samuel das Neves, e objeto de lei municipal em 1922. Ele relata que “somente teve seus planos aprovados em 1924. Terminada a fase preliminar de estudos e desapropriações, a cargo do engenheiro Alcides M. Barbosa, entrou imediatamente em fase de execução” (Maia, 1930, p. III). Entre os precursores do projeto definitivo da avenida, merece menção a proposta do urbanista inglês Barry Parker para uma “*parkway* do Bixiga”, elaborada durante sua estada na cidade, a serviço da Companhia City (1917-1919). De fato, a Companhia City, fundada em 1912 com a associação de investidores estrangeiros liderados por Édouard Fontaine de Leveleye, o loteador Horácio Sabino e o deputado Cincinato Braga, havia se tornado proprietária de mais de 12 milhões de metros quadrados na região sudoeste de São Paulo, e contando com a recomendação do urbanista francês Bouvard, tinha interesse direto na urbanização da área<sup>8</sup>.

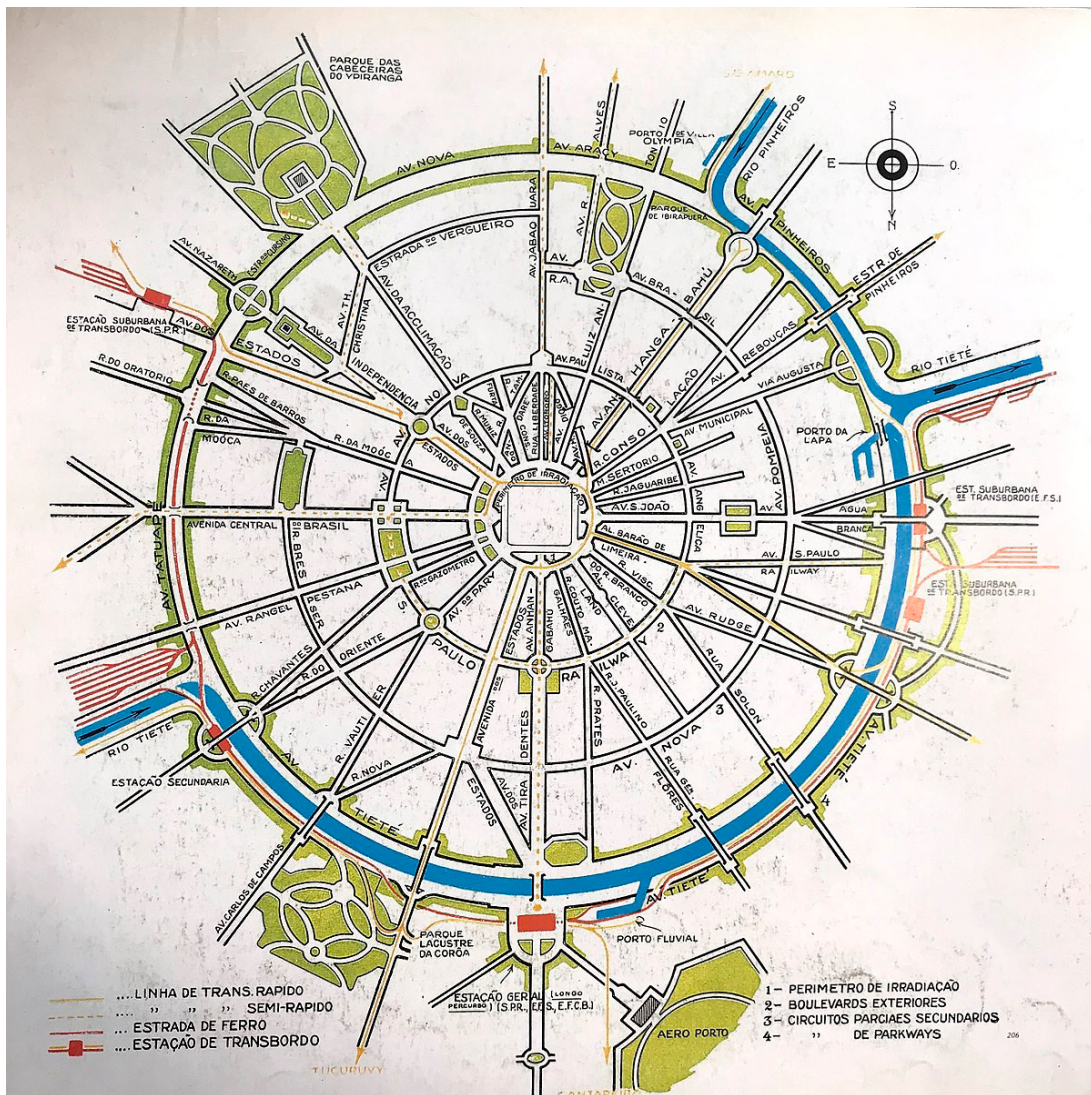
O projeto da avenida Anhangabaú foi liderado pelo engenheiro civil Alcides Martins Barbosa (1880- 1945)<sup>9</sup>, conciliava interesses imobiliários, o crescente desejo da elite por um sistema viário de grandes dimensões e capacidade para acolher o trânsito automotivo, com a imagem de um urbanismo regulador na cidade. Em 1926, quando assume a prefeitura o engenheiro Pires do Rio, assumiu-se como prioridade a abertura do trecho inicial da avenida Anhangabaú. É formada uma comissão específica para o projeto, com o objetivo de agilizar os processos de desapropriação, projeto e abertura da avenida. Assim, entre 1927 e 1929, um conjunto de desapropriações foi levado a efeito, viabilizando a construção da avenida, que teve seu trecho inicial realizado ainda na gestão Pires do Rio.

Quando Prestes Maia menciona a avenida no seu Plano, em 1930, já se tratava de um fato consumado. Mais do que isso, o projeto parece, finalmente, concretizar o velho intento de remover da área os ocupantes indesejáveis de outrora: Prestes Maia demonstra satisfação em afirmar que as obras da rua Major Diogo poderiam resultar em “vida nova em um bairro pouco apresentável e, no entanto, próximo (Bixiga)” (Maia, 1930, p. 115).

8 Dentre os diversos trabalhos dedicados à atuação da Companhia City em São Paulo, destaca-se o estudo de Cristina Mehrrens (2010).

9 Professor da Escola Politécnica desde 1915, engenheiro da Superintendência de Obras do Estado entre 1906 e 1920, e, em seguida, integrante da Diretoria de Obras e Viação da prefeitura, onde se tornou o chefe da Seção Técnica de Fiscalização de Construções em 1925 (Campos, 2000).

**Figura 2.** Diagrama do Plano de Avenidas. Em destaque, a avenida Anhangabaú (atual Nove de Julho)



Fonte: (Maia, 1930)

Na publicação do Plano de Avenidas, em 1930, parte significativa das desapropriações já estava concluída. Tal celeridade é creditada à administração Pires do Rio por Prestes Maia, mas Arthur Saboia é mais específico ao conceder os créditos da empreitada: “De não menor justiça é realçar o devotamento (...) nas causas desapropriatórias e reivindicatórias, por parte dos Srs. João F. de Lima Pereira e Alcino de Campos, este na chefia dos serviços do Patrimônio Municipal e aquele na sua defesa jurídica” (Maia, 1930, p. IV). O personagem Alcino de Campos, que aqui se introduz, requer investigações adicionais. Aparentemente, teve uma longa carreira na municipalidade: em 1935 seu nome aparece como Chefe da Divisão de Patrimônio do Departamento da Fazenda Municipal, e dezesseis anos mais tarde é Diretor do Departamento de Cadastro Imobiliário, Taxa de Melhoria e Avaliações.

O perfil mais detalhado dos moradores que sofreram as desapropriações para abertura da avenida Anhangabaú ainda está por desvendar. Alguns testemunhos permitem afirmar que um grupo social mais vulnerável sentiu as transformações na área de forma mais intensa: a perda da moradia, ou de condições de subsistência – ou ambas – teria motivado a mudança de numerosa população negra para os subúrbios então longínquos do município.

Quando a Bela Vista começou a se desenvolver, os negros foram primeiramente para a Casa Verde<sup>43</sup>, que era um bairro distante (risos), havendo um embranquecimento, falando de uma forma bem popular né, ou no linguajar da época, começou a se limpar o centro [...]. Disseram que tinham que tirar a negrada dali [...], assim como também muita gente saiu da Barra Funda e do Bom Retiro [...]. No bairro da Casa Verde, muitos negros trabalhavam na extração de areia dos rios lá existentes. (Dozena, 2009, pp. 71-74)

O córrego da Saracura se tornou uma imagem vinculada diretamente à história tanto da escola de samba Vai-Vai quanto do bairro do Bixiga – especialmente no que se refere à vinculação entre os dois. O sambista Geraldo Filme sintetiza essa ligação no seu samba *Tradição (vai no Bixiga pra ver)*, composto na década de 1970 e gravada pelo próprio em seu disco de 1980:

*Quem nunca viu o samba amanhecer  
Vai no Bexiga pra ver  
Vai no Bexiga pra ver  
O samba não levanta mais poeira  
Asfalto hoje cobriu o nosso chão  
Lembrança eu tenho da Saracura  
Saudade tenho do nosso cordão  
Bexiga hoje é só arranha-céu  
E não se vê mais a luz da Lua  
Mas o Vai-Vai está firme no pedaço  
É tradição e o samba continua*

No mesmo ano do disco de Geraldo Filme, a escola de samba desfilou com um enredo que homenageava sua própria história, celebrando os 50 anos de sua fundação. O título do samba, de forma emblemática, fazia também menção ao córrego, e acabou por se tornar um verdadeiro epíteto da agremiação: “Orgulho da Saracura”:

*Ê vai-vai  
Quem não suspira*

*Com a lira do cai cai Vai-vai  
Em compasso de cinquenta carnavais  
Vai-vai  
Passo a passo, pôs a glória nos anais  
Vai-vai,  
Um abraço, um forte abraço Aos sambistas imortais  
Traz a turma do Sardinha  
E as rainhas do Bexiga em madrigais  
Traz a dona castorina  
A Iracema, seu Livinho e tantos mais Saracura  
Deu futebol, chorinho  
Amor a pão e vinho  
Morreu de bem-querer  
Vem o rei  
Vem o marquês  
E a corte do nobre português  
Todo o povo quer dizer  
Vai-vai, mil parabéns para você.*

### 3.2 Um largo

O bairro da Barra Funda remonta ao parcelamento do antigo Sítio do Carvalho, mas o fator decisivo para sua ocupação foi, de fato, a industrialização paulistana a partir da década de 1890 e, principalmente, a partir dos anos 1920 e 30. A estrada de ferro São Paulo Railway foi um elemento estruturador do bairro desde o princípio, a ponto de marcar a divisão entre a “Barra Funda de Baixo”, situada entre a ferrovia e as margens do rio Tietê, e a “Barra Funda de Cima”, da linha férrea até a rua das Palmeiras – atual rua General Olímpio da Silveira (Catapano, Salgado, & Santos, 2001, p. 71)

Desde então a Barra Funda constituiu um dos núcleos da população negra em São Paulo. O bairro integrava o distrito de Santa Ifigênia que, de acordo com um recenseamento de 1893 em São Paulo, contava com uma porcentagem de negros e mulatos equivalente a 14% da população local – ao passo que, no restante da cidade, essa proporção não chegava a 10% (Rolnik, 1997, p. 77). A autora descreve desta forma a ocupação negra nesses bairros:

Berço do samba paulista, ali se localizavam clãs africanos urbanos, nos cortiços e casinhas. O terreiro, espaço sagrado/profano que poderia ser o lugar do culto ou da macumba, mas também o lugar da roda de samba e da vida cotidiana, era formado pelo pátio ou corredor do cortiço e os quintais das casas. (idem).



Olga von Simson delimita a área predominantemente negra da Barra Funda como a área limítrofe os trilhos da São Paulo Railway, “formada pelo entroncamento da rua Vitorino Carmilo com Souza Lima e Conselheiro Brotero”, o qual “constituía o território livre para vivência e fruição da população negra” (Simson, 2007, p. 100). De acordo com Rolnik (1997, p. 76), a concentração dos negros nessa localidade se deveu a dois fatores principais: a proximidade das moradias mais abastadas (no vizinho bairro de Campos Elísios) e a presença da estrada de ferro e a respectiva estação. Era ali que essa população era ocupada na prestação de trabalhos temporários como carregadores na estrada de ferro. Mas a vizinhança com as moradias de elite parece ter sido um fator mais decisivo, garantindo trabalho para em serviços como ajudantes gerais nas casas nobres e o comércio em pequenos estabelecimentos ou mesmo de maneira informal e ambulante. Essa população se fixou em moradias precárias como cortiços, cômodos ou porões de casas (Brunelli, 2006, p. 22). O aparecimento dos cortiços na Barra Funda parece datar dos anos 1930, quando se observa a decadência dos Campos Elíseos como um bairro de elite, e a Barra Funda de Cima começa a se caracterizar como um bairro de classe média baixa – os cortiços surgem no limite entre os dois bairros, em antigos casarões já então abandonados (Catapano, Salgado, & Santos, 2001, p. 73). O largo da Banana, localizado no bairro, é sempre citado em trabalhos que abordam a história do samba de São Paulo, sendo chamada frequentemente de “berço do samba” da cidade. O lugar parece ser mais importante para a memória do samba do que da urbanização, e somente trabalhos voltados à história do bairro parecem dedicar alguma atenção ao lugar. Amailton Magno Azevedo (2014, p. 320) descreve o local como aquele onde, nas décadas de 1920 e 30, “esses sujeitos passaram a figurar como protagonistas de suas histórias. Os modos de viver nesse espaço foram conferindo ao Largo da Banana uma marca específica como espaço de desenvolvimento do samba, com igual importância ao da Praça Onze no Rio de Janeiro”.

O desaparecimento do Largo e a escassez de registros documentais mais detalhados dificultam a localização precisa dessa localidade, conforme observado por Renata Monteiro Siqueira (2018). Em 1930, o mapeamento SARA Brasil permite localizar o Largo no final da rua Brigadeiro Galvão (Silva, 2018). Entre 1930 e 54, a avenida Pacaembu é estendida além da antiga rua das Palmeiras – que deu lugar à avenida Olímpio da Silveira – e termina no cruzamento da rua Brigadeiro Galvão e Alameda Olga, alcançando o largo da Banana. Em 1958 já se vê um viaduto que se ergue exatamente do Largo em direção nordeste, transpondo a ferrovia (Giesbrecht, 2013). É o último momento em que se reconhece claramente o cruzamento da rua Brigadeiro Galvão com a Alameda Olga.

**Figura 3.** Largo da Banana em 1930



Fonte: São Paulo (cidade), n.d.

Ainda em 1941, o então prefeito Prestes Maia indica o plano para extensão da avenida Pacaembu: “até o Largo Brigadeiro Galvão, na Estação da Barra Funda, estando previsto como dissemos estendê-la até o traçado das avenidas marginais” (Correio Paulistano, 17/01/1942, p. 3). Não tendo sido concluído na gestão Prestes Maia, o projeto só seria retomado nos anos 1950, na gestão do prefeito Ademar de Barros (1957 - 1961). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, o viaduto foi inaugurado, ainda inacabado, no ano de 1958, permanecendo em obras ao longo do ano seguinte (Giesbrecht, 2013), e parece ter sido executado sem encontrar maior oposição: a promessa de “descongestionar o tráfego local”, sempre alegada para justificar a obra, aparentemente era um argumento convincente o bastante. Ao mesmo tempo que muitos viam na construção do viaduto um sinal de progresso e de capacidade técnica da prefeitura, no entanto, uma parcela dos frequentadores do local lamentou a perda de um referencial urbano tão importante.

**Figura 4.** Inauguração do viaduto do Pacaembu sobre o Largo da Banana. Folha da Manhã, 9/7/1959



Fonte: (Giesbrecht, 2013).

A descaracterização do Largo da Banana, para dar lugar a um viaduto, teve outro significado para Geraldo Filme e seus colegas de samba:

*Fiquei sem o terreiro da escola  
Já não posso mais sambar  
Sambista sem o largo da Banana  
A Barra Funda vai parar  
Surgiu um viaduto, é progresso,  
Eu não posso protestar  
Adeus, berço do samba,  
Eu vou-me embora,  
Vou sambar noutro lugar.*

O desaparecimento do largo da Banana parece ter sido insignificante diante do “progresso” que levou à construção do viaduto. Para os sambistas, porém, significou nada menos que a perda o “berço do samba” – provavelmente, um dos lugares mais importantes para os sambistas e sua memória da cidade. Diversos sentidos podem ser atribuídos ao verso “eu não posso protestar”, colocado como um complemento ou comentário a “é progresso”. Pode-se supor que o sambista aceitasse a possibilidade de sua queixa não encontrar eco entre outros segmentos da sociedade, donde a resolução resignada de “sambar noutro lugar”. Existe também a possibilidade de que Filme evidenciasse a impressão de impotência ou incapacidade de fazer frente ao progresso. De qualquer maneira, no mínimo se admite que o progresso, se é algo positivo, cobra um preço demasiado alto (Silva, 2011).

O processo que vai da concepção à realização do viaduto expõe de forma simples e objetiva os limites da democracia brasileira no período aqui considerado. O viaduto foi integralmente realizado durante um período em que normalmente se reconhece que o Brasil se encontrava em pleno regime democrático. Mais do que isso, num período dito ‘populista’, que se define pela relação direta entre as massas e uma liderança política – mesmo que apenas para legitimar uma figura de poder (em oposição às instituições formais e impessoais, estigmatizadas pela ideia de “corrupção”) – era de se esperar que, em algum momento, os desejos da população fossem consultados diretamente.

Mas a possibilidade de mediação entre a população e o poder público, e a negociação entre seus desígnios, não era simétrica. Numa concepção peculiar de democracia, um interesse difuso do “povo” justificou uma intervenção que poderia ser reconhecida como benéfica pela população. Mas se a mudança é irreversível e o progresso parece um valor inquestionável, seu resultado não conta com a aprovação irrestrita dos sambistas e, possivelmente, dos grupos sociais aos quais estes pertenciam. Fisicamente, o largo da Banana não sobreviveu senão na memória dos sambistas

das Velhas Guardas das escolas de samba, indicando como as classes dominantes se mantiveram indiferentes (ou insensíveis) ao valor atribuído pelos sambistas a esse lugar da cidade. O reconhecimento só se deu muito recentemente: em 22 de janeiro de 2020, uma placa foi inaugurada no viaduto que se sobrepôs ao antigo Largo.

### 3.3 Uma praça

É praticamente impossível estudar São Paulo durante a década de 1950 sem levar em consideração as comemorações do 4º Centenário de fundação da cidade, em 1954. Seja pelas dimensões que essas comemorações atingiram, seja pela mobilização da população paulistana que ela incentivou, a data é marco na lembrança de todos aqueles que viveram à época. As iniciativas para os festejos incluíram diversas reformas de logradouros públicos. Um deles não poderia deixar de ser o “marco zero” da cidade, a Praça da Sé, uma das realizações mais importantes concretizadas em função das comemorações de 25 de janeiro de 1954: junto com a reforma, iniciada em 1952, tem-se também a inauguração da nova catedral.

A importância da praça para a memória social, no entanto, vai além dos monumentos que abriga. A memória da praça, em seu aspecto original, é evocada por Geraldo Filme ao render homenagem ao artesão Tebas, a quem se atribui a construção do campanário da primeira edificação da Sé. Em samba da década de 1970, Filme descreve a importância dessa praça para a memória popular (e negra) da cidade:

Tebas, negro escravo  
Profissão: Alvenaria  
Construiu a velha Sé  
Em troca pela carta de alforria  
Trinta mil cruzados que lhe deu padre Justino  
Tornou seu sonho realidade  
Daí surgiu a velha Sé  
Que hoje é o marco zero da cidade  
Exalto no cantar de minha gente  
A sua lenda, seu passado, seu presente  
Praça que nasceu do ideal  
E braço escravo  
É praça do povo  
Velho relógio, encontro dos namorados  
Me lembro ainda do bondinho de tostão  
Engraxate batendo a lata de graxa  
E camelô fazendo pregão  
O tira-teima do sambista do passado  
Bixiga, Barra Funda e Lava-Pés  
O jogo da tiririca era formado

O ruim caía e o bom ficava de pé  
No meu São Paulo, oi lelê, era moda  
Vamos na Sé que hoje tem samba de roda

**Figura 5.** Igreja e largo da Sé em 1862



**Fonte:** (Instituto Itaú Cultural, 2019).

Na primeira metade do século XX, a região no entorno da praça agregou diversos salões de baile que parecem ter sido fundamentais para a “formação de uma identidade negra entre a facção jovem da população paulistana negra” (Simson, 2007, p. 103). Numerosos entre as décadas de 1920 e 1950, os salões se concentravam especialmente nas Ruas Florêncio de Abreu, do Carmo, Quintino Bocaiúva, 25 de março, além da própria praça da Sé. O sambista Germano Mathias recorda, a respeito das gafieiras:

*As principais gafieiras eram o Caçamba, na Quintino Bocaiúva; o Paulistano, na Rua da Glória; o Amarelinho, na Praça João Mendes; Gafieira do Tangará, que era do Júlio Garita e que depois virou o Garitão; o Som de Cristal, na Rego Freitas; o Vinte e Oito, que era na Florêncio de Abreu; o Royal, que era na Barra Funda (Ciscati, 2001, p. 148).*

A praça, propriamente, era um importante ponto de encontro das pessoas que frequentavam o centro da cidade, e essa aglomeração representava uma boa oportunidade para o comércio de rua, e para prestadores ambulantes de serviços. Um desses grupos de profissionais acabou por se constituir uma das “marcas” da praça, os engraxates. Numa prática que se tornou característica do cotidiano da praça, os engraxates se reuniam no final do dia e utilizavam seus instrumentos de trabalho para produzir as “batucadas” que animavam o encerramento do expediente. Com as obras na Catedral, mas principalmente da própria praça, encontrou-se o pretexto para a retirada dos “elementos indesejáveis”, o que incluiu esses engraxates. Ainda que se reconheça que a iniciativa não tinha o propósito primordial de remover os

engraxates da praça, o que a iniciativa evidencia é que a presença desses trabalhadores não era indiferente seus promotores como, ou seu retorno teria sido permitido após a remodelagem. E se não o foi, o que se depreende é que a prática do samba no espaço público era ainda estigmatizada e malvista pelas autoridades. De certa maneira, possivelmente, como desordem ou tumulto. Essa visão legitimaria certa forma de intervenção sobre a cidade que resulta fundamentalmente na transformação dos espaços de convívio e atuação desses sambistas – no limite, descaracterizando ou mesmo destruindo esses lugares.

**Figura 6.** Inauguração da Catedral da Sé (inacabada), em 25/jan/1954.

Foto de Werner Haberkorn



**Fonte:** (Bastos, 2017).

Na história urbanística da cidade de São Paulo, tem-se esquecido sistematicamente de averiguar esse “preço do progresso”. No entanto, ele foi atentamente observado, e documentado pelos sambistas da época. Já em 1952, a reforma da praça foi relatada pelo samba *Adeus, praça da Sé*, gravada em pelo grupo Titulares do Ritmo em disco de 78 rpm:

Quando me contaram não acreditei  
Mas comprovando a verdade solucei  
A picareta do progresso vai funcionar  
E a nossa Praça da Sé vai se acabar  
O Quarto Centenário vem aí  
A cidade precisa se remodelar  
Adeus minha Praça da Sé, adeus,  
Nem teu relógio vão respeitar.

A praça, evidentemente, não desapareceu efetivamente – mas talvez, em certo sentido, deixou de ser aquela que os sambistas reconheciam e tinham como um espaço seu. É importante observar a que se atribui o desaparecimento da praça: a “picareta do progresso” e a necessidade de que a cidade se remodele para os festejos do 4º

Centenário. A reforma da Praça da Sé é inequivocamente uma iniciativa oficial, e neste caso o significado afetivo ligado à Praça foi, para dizer o mínimo, subestimado em relação ao que se atribuiu à efeméride. Em 1952, previa-se uma tragédia que, de fato, não se confirmou. Quatro anos após as comemorações, porém, ainda foi possível a Germano Mathias cantar a composição de Geraldo Blota e Mário Vieira:

No coração da cidade  
Hoje mora uma saudade  
A velha Praça da Sé  
Nossa tradição  
Da praça da batucada  
Hoje remodelada  
Só ficou recordação  
Até o engraxate  
Foi despejado  
E teve que se mudar  
Com sua caixa  
Ai, que saudade  
Da batucada  
Feita na lata de graxa

No samba que é quase uma continuação e resposta a Adeus Praça da Sé, confirma-se que o problema da reforma foi sua descaracterização: “da praça (...), hoje remodelada, só ficou recordação”. O temor expresso por essas canções era sempre de que as transformações levassem embora referenciais importantes para o habitante da cidade. Não é somente a perda do espaço físico que importa – ainda que, como se viu no caso do Largo da Banana, isto não seja uma perda desprezível. O problema maior aqui pode estar em outro aspecto: a transformação marca uma mudança da cidade, que começa nesse período a desenvolver outros polos referenciais que não mais o centro da cidade. O processo é, então, ainda incipiente, mas está na raiz do fato que se constata hoje em dia, das numerosas pessoas que sequer vão mais ao centro (algumas até o desconhecem).

Para a presente discussão, é importante ressaltar que o samba em que Germano Mathias narra a possível perda de um local de grande valor simbólico, ela se deve à ação do poder público. O samba trabalha em uma tensão entre uma expectativa de positividade, desmanchando-a ou desarticulando-a no curso da narrativa. O valor da Sé como o “coração da cidade” e o caráter triunfante associado então ao crescimento da cidade produziria a expectativa no ouvinte de que a menção ao Centro e à praça fosse seguida de um relato positivo. O que se segue vai continuamente negando essa expectativa. O desalojamento dos engraxates é tratado como uma conclusão irreversível.

A lata de graxa é mais do que um detalhe do samba realizado na praça da Sé: é sua característica mais peculiar. Com o desaparecimento do local onde o samba da lata de graxa era praticado, a permanência de sua prática teve no registro fonográfico sua única alternativa de perenidade. A praça da Sé fora transformada de maneira definitiva e, diante desta situação, como o samba de Geraldo Filme anuncia em relação ao Largo da Banana, é necessário buscar outro lugar para a prática do samba. A insistência em relatar a mudança, e em afirmar que essas mudanças provocam a saudade e a tristeza aos sambistas, foi uma maneira encontrada por eles de preservar seus locais na cidade enquanto agentes mais poderosos, incluindo os próprios governantes, tratavam de destruí-los.

Como uma espécie de epílogo na história de descaracterizações que parece ser a da praça da Sé, a chegada do metrô nos anos 1970 exigiu a demolição de toda uma quadra que a separava da praça Clóvis Bevilacqua. Bastos (2017) observa que, no “espírito dos anos de 1970 [...] a corrida para o futuro imperava e as questões preservacionistas eram pouco consideradas”, sequer o imponente e moderno edifício Mendes Caldeira, construído apenas 14 anos de idade e com 110 m de altura e 11.597 m<sup>2</sup> de área construída, foi demolido em novembro de 1975. Um ano mais tarde, um projeto paisagístico integrou definitivamente o que antes eram duas praças nitidamente separadas e “rompeu com a antiga complementariedade entre os edifícios e a configuração dos espaços abertos” (Bastos, 2017). O sambista Adoniran Barbosa, sempre atento às transformações da cidade, testemunha:

Praça da Sé, Praça da Sé  
Hoje você é  
Madame estação Sé  
Quem te conheceu  
Há alguns anos atrás  
Como eu te conheci  
Não te conhece mais  
[...]  
Da nossa Praça da Sé de outrora  
Quase que não tem mais nada  
Nem o relógio que marcava as horas  
Pros namorados  
Encontrar com as namoradas  
Nem o velho bonde  
Dindindindindin  
Nem o condutor  
Dois pra light e um pra mim  
Nem o jornaleiro  
Provocando o motorneiro



Nem o engraxate  
Jogando caixeta o dia inteiro  
Era uma gostosura  
Ver o camelô  
Correr do fiscal da prefeitura  
É o progresso  
É o progresso  
Mudou tudo  
Mudou até o clima  
Você está bonita por baixo  
Tá bonita por cima  
Só indo lá pra ver  
Mas não vá sozinho, meu senhor  
Que o senhor vai se perder  
Praça da Sé  
Praça da Sé  
Hoje você é  
Madame estação Sé

**Figura 7.** Praça da Sé no final da década de 1970



**Fonte:** (Bastos, 2017).

## 4 Apagamentos contemporâneos

As demolições ou a descaracterização de espaços referenciais em São Paulo, nos casos aqui examinados, eram justificadas por necessidades que se afirmavam imperativas ou urgentes, quase inevitáveis: seja a expansão do sistema viário ou a

requalificação urbana para marcar uma efeméride, apresentaram-se projetos em que algum “interesse coletivo” era mais propriamente presumido do que confirmado.

Caso esses projetos fossem colocados em consulta pública, como é comum na atualidade, é difícil prever que escolhas seriam feitas: seria possível afirmar que a população escolheria não fazer o que foi feito? Alguma alternativa poderia ser proposta? Perguntas como essas não podem ser respondidas senão de forma especulativa. Além disso, qualquer resposta possível passaria também por discutir de que maneira uma proposta poderia ser considerada aceita, ou qual em que medida alguma expressão de descontentamento e insatisfação seria legitimada e considerada. Não se pode reduzir um problema como esse a uma aritmética simples: não se trata de “eleger” a solução desejada, com base no número absoluto de apoiadores ou críticos. É problemático supor que seria legítima a perda de uma referência urbana por ela ser valorizada por um grupo minoritário é aceitável. Afinal, qual é o tamanho de uma demanda social, numa metrópole de milhões de habitantes, suficiente para efetivamente “barrar o desenvolvimento urbano”? Por mais avançados que sejam os instrumentos de gestão da cidade hoje disponíveis, tais problemas estão longe de estarem equacionados.

Ao longo de todo o período aqui considerado, tais instrumentos foram se concebendo e aprimorando de forma concomitante com o próprio desenrolar dos problemas que pretendiam resolver. Em parte, isso explicaria a relativa impotência em relação à perda de espaços que, posteriormente, se descobriu serem portadores de significados culturais que não foram devidamente reconhecidos e avaliados – ou respeitados, conforme se veja a questão. A falta de regulamentação de instrumentos que permitam a uma comunidade influenciar na decisão de transformação de lugares específicas parece condicionar qualquer discussão local a uma lógica “da cidade como um todo”. Porém, como se observou até aqui, é na escala da apreensão imediata e cotidiana, da vizinhança, que discussões deste tipo podem ser travadas com alguma possibilidade de se reconhecer as memórias e afetos associadas a um lugar<sup>10</sup>.

Um caso de grande repercussão recente demonstra que essas questões estão longe de estarem equacionadas – e, mais do que isso, a lógica de produção da cidade que resultou na destruição do Largo da Banana e do vale do Saracura, e na descaracterização da Sé continua funcionando plenamente na cidade. Em março de 2019 ocorreu a demolição de uma vila operária no bairro do Tatuapé, zona leste da capital. O terreno é propriedade de uma construtora que elaborou um plano urbanístico para o bairro<sup>11</sup>, e a demolição do casario operário abre espaço para

10 A legislação brasileira prevê a possibilidade de exigência de um “estudo de impacto de vizinhança”, mas a regulamentação desse instrumento nas leis municipais precisa prever a possibilidade de tal estudo ser solicitado pela própria população, e não apenas pelo poder público.

11 Nos últimos anos, a empresa desenvolveu um plano urbanístico privado para toda a área, explorando uso misto e alta densidade entre as estações Belém, Tatuapé e Carrão do Metrô. O plano foi intitulado

construção de edifícios residenciais de alto padrão e assim contribui para expulsar a população mais pobre e os usos associados. De acordo com Chiconi (2019), a vila em questão data possivelmente da década de 1940 e se mantinha bem conservada, com usos residenciais, comércio e serviços. O Plano Diretor de 2014, ao induzir o adensamento populacional e as edificações de maior altura ao longo de eixos de transporte de massa, possibilitou que a área fosse adquirida e incorporada a um grande terreno, a ser transformado em um dos empreendimentos do “Eixo Platina”. Chiconi defende que “a perda do patrimônio poderia ter sido evitada com dispositivos mais eficientes pelos órgãos responsáveis, promovendo maior interesse no tombamento e consciência por parte da população, além de promover o desenvolvimento econômico associado aos elementos históricos da cidade” (Chiconi, 2019). Mas, como observa o autor, é preciso reconhecer que a questão de fundo deste episódio é um embate que nasce da ideia de que a proteção ao patrimônio significa um “entrave” ao “progresso” econômico. Num momento de “surto de valorização imobiliária”, como o que São Paulo testemunhou na primeira década do século XXI, os empreendedores e investidores de terra encontraram uma área propícia e ainda pouco protegida pelas ações de proteção ao patrimônio cultural dos órgãos públicos (CONPRESP e CONDEPHAAT). A impotência da população – e desses órgãos – demonstra não apenas uma “falta de observação de especialistas sobre esse território” (idem), mas sobretudo uma limitação crucial das políticas existentes para assegurar o direito da população de decidir sobre as mudanças de seus lugares, de suas referências, especialmente quando interesses econômicos se voltam a esses espaços. É possível apontar falhas na legislação ou nos processos de tombamento, na ausência de incentivos para que proprietários tenham interesse (inclusive financeiro) na preservação de imóveis de valor cultural. Pode-se também demandar ações mais sistemáticas de educação patrimonial, para que parcelas mais amplas da população sejam capazes de identificar, reconhecer e valorizar edifícios “velhos”, em vez de apenas considerá-los obsoletos. Mas é possível que a mais importante das mudanças seja a de definir a quem serve o “desenvolvimento urbano”.

## Referências

Azevedo, A. M. (2014). São Paulo negra: Geraldo Filme e a geografia do samba paulista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 313-328.

Bastos, M. A. (20 de Abril de 2017). *O expansionismo (moderno) na Praça da Sé e o Mendes Caldeira*. Fonte: O espaço público: <https://www.oespaco-publico.com.br/2017/04/20/o-expansionismo-moderno-na-praca-da-se-e-o-mendes-caldeira/>

---

“Eixo Platina”, em referência à rua que conecta todos os empreendimentos projetados, e se valeu de parâmetros urbanísticos do próprio Plano Diretor de São Paulo para a exploração imobiliária dessa área, sem necessidade de qualquer discussão pública.

- Brunelli, A. S. (2006). *Barra Funda (Série História dos Bairros de São Paulo, v. 29)*. São Paulo: DPH.
- Campos Filho, C. M., & Somekh, N. (2002). *A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Editora Mackenzie, Mack Pesquisa.
- Campos, C. M. (2000). *Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo*. São Paulo, Editora Senac, 2000. São Paulo: Editora Senac.
- Catapano, A., Salgado, B., & Santos, C. R. (2001). O centro de aglutinação dos trabalhadores não era o clássico sindicato de resistência, mas as ligas operárias de bairro. Em Emplasa, *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940 (Vol. 1)* (pp. 69-74). São Paulo: Imprensa Oficial, Emplasa.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Chiconi, L. (Abril de 2019). Vila Operária João Migliari. A demolição como parte do higienismo social e da falta de memória sobre o patrimônio. *Minha Cidade (Vitruvius)*, 225.01. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19>.
- Ciscati, M. R. (2001). *Malandros da terra do trabalho: malandragem e boemia na cidade de São Paulo (1930-1950)*. São Paulo: Annablume.
- Dozena, A. (2009). *As territorialidades do samba em São Paulo (Tese de Doutorado)*. São Paulo: FFLCH/SUP.
- Frémont, A. (1980). *A região, espaço Vivido*. Coimbra: Almadina.
- Giesbrecht, R. M. (9 de Outubro de 2013). *O Largo da Banana*. Acesso em 14 de Abril de 2020, disponível em Blog do Ralph Giesbrecht: <http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br/2013/10/o-largo-da-banana.html>
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- Instituto dos Arquitetos do Brasil (São Paulo). (26 de Julho de 2019). *5 anos do plano diretor da cidade de São Paulo*. Acesso em 12 de Abril de 2020, disponível em ArchDaily Brasil: <https://www.archdaily.com.br/br/921853/5-anos-do-plano-diretor-da-cidade-de-sao-paulo>
- Instituto Itaú Cultural. (22 de Janeiro de 2019). *Geraldo Filme: patrimônio do samba*. Acesso em 14 de Abril de 2020, disponível em Observatório Itaú Cultural: <https://www.itaucultural.org.br/geraldo-filme-patrimonio-do-samba>.
- Maia, F. P. (1930). *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos.
- Marcelino, M. M. (2003). *A evolução urbana do Parque Peruche e sua gente*. São Paulo: Carthago Editorial.
- Mehrtens, C. (2010). *Urban Space and National Identity in Early Twentieth Century São Paulo, Brazil: Crafting Modernity*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Menezes, U. B. (1996). Os “usos culturais da cultura”. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. Em E. A. Yáziqi, *Turismo e cultura* (pp. 88-99). São Paulo: Hucitec.

- Montaner, J. M. (2014). *Arquitectura e política: ensaios para mundos alternativos*. Barcelona: GG.
- Rolnik, R. (1997). *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel.
- Rolnik, R. (5 de Setembro de 2019). *Tombamento não pode ser o único instrumento de preservação da cidade*. Acesso em 14 de Abril de 2020 disponível em LabCidade: <http://www.labcidade.fau.usp.br/tombamento-nao-pode-ser-o-unico-instrumento-de-preservacao-da-cidade/>
- São Paulo (cidade). (2015). *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (texto da lei ilustrado)*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP).
- São Paulo (cidade). (s.d.). *Mapa Digital da Cidade de São Paulo [GeoSampa]*. Acesso em 14 de Abril de 2020. Disponível em <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>
- São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. (s.d.). *Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo*. Acesso em 14 de Abril de 2020, disponível em Secretaria Municipal de Cultura: <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirAcervo.aspx?cdAcervo=11>
- Schneck, S. (2010). *Formação do Bairro do Bixiga em São Paulo: Loteadores, Proprietários, Construtores, Tipologias Edilícias e Usuários (1881-1913)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FAU/USP. Secretaria Municipal de Cultura. (s.d.).
- Silva, M. V. (2011). *Debaixo do 'Pogréssio': Urbanização, Cultura e Experiência Popular em João Rubinato e Outros Sambistas Paulistanos (1951-1969)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAU/USP.
- Simson, O. R. (2007). *Carnaval em Branco e Negro: Carnaval Popular Paulistano, 1914-1988*. São Paulo, Campinas: Edusp, Imprensa Oficial, Editora Unicamp.
- Siqueira, R. M. (2018). Largo da Banana: a questão racial no urbanismo paulistano. *V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* (pp. 2097-2107). Salvador: FAU/UFBA.
- Somekh, N. (Outubro de 2015). *Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo?* Acesso em 08 de Maio de 2019, disponível em Arqtextos (Vitruvius): <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/16.185/5795>
- Somekh, N. (2017). *Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais*. São Paulo: DPH, CAU-SP, Mack Pesquisa.
- Toledo, B. L. (2004). *São Paulo, três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify/ Livraria Duas Cidades.
- Ventura, D. (2009). *A preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano em São Paulo e Buenos Aires, entre a cultura e o planejamento urbano* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PROLAM/USP.